

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 475.852 - BA (2018/0282481-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
EMBARGANTE : EDILENO DE LIMA PEREIRA
ADVOGADOS : GILMAR CANDIDO DA SILVA - GO045545
DANIEL LOUREDO CARDOSO - GO047976
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por EDILENO DE LIMA PEREIRA à decisão de minha lavra na qual julguei prejudicada a presente impetração (fls. 648/650).

Nos presentes embargos, a defesa alega que a alegação de nulidade da ação penal em razão da ausência de manifestação do Juízo de primeiro grau acerca da defesa prévia foi enfrentada pelo Tribunal estadual em aresto acostado posteriormente pela defesa às fls. 542/559.

Requer o acolhimento dos aclaratórios para que seja reconhecida a nulidade.

É o relatório.

Decido.

Os embargos declaratórios são cabíveis nas hipóteses de correção de omissão, obscuridade, ambiguidade ou contrariedade na decisão embargada.

Com razão o embargante, no que diz respeito à obscuridade, uma vez que há manifestação do Tribunal *a quo* acerca do tema, cabendo, portanto, sua análise nesta oportunidade.

Contudo, a Corte estadual não se vislumbrou a nulidade aventada, uma vez que inexistente previsão legal que determine o Juízo de primeiro grau que se manifeste acerca da defesa prévia. Ressaltou, na oportunidade, que o rito do Júri é próprio e, apenas ao final da instrução, o magistrado irá proferir sentença de pronúncia, impronúncia ou absolutória.

Destaco trecho do aresto:

No caso dos autos, observa-se que o Acusado foi

pronunciado pela suposta prática do crime de homicídio qualificado tentado, previsto no art. 121, § 2º, inciso II, c/c o art. 14, inciso II, ambos do CP, tendo a Defesa alegado nulidade processual por não ter o MM. Magistrado proferido decisão após a apresentação da resposta à acusação.

No que tange à absolvição sumária, dispõe o art. 397 do Código de Processo Penal:

Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar: (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).

I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

IV - extinta a punibilidade do agente. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008). Todavia, os arts. 409 e seguintes da Lei Penal Adjetiva, ao tratarem do rito específico a ser seguido no procedimento do Tribunal do Júri, estabelecem que: "apresentada a defesa, o juiz ouvirá o Ministério Público ou o querelante sobre preliminares e documentos, em 5 (cinco) dias", e "determinará a inquirição das testemunhas e a realização de diligências requeridas pelas partes, no prazo máximo de 10 (dez) dias".

Verifica-se, portanto, que não há previsão legal para que haja manifestação do MM. Magistrado após a resposta à acusação, no que tange à possibilidade de absolvição sumária do Acusado, cuja análise deverá ocorrer após a conclusão da instrução, uma vez que nos termos do art. 411 do CPP é na audiência de instrução que serão tomadas as declarações do ofendido, se possível, inquiridas as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, bem como prestados os esclarecimentos pelos peritos, feitas as acareações, o reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado e, por fim, procedendo-se o debate.

Finda a instrução criminal, poderá o magistrado pronunciar o acusado, nos termos do artigo 413, impronunciá-lo, consoante o disposto no artigo 414, ou absolvê-lo nas hipóteses do artigo 415.

No caso em tela, havendo regramento próprio para o processamento e julgamento dos crimes dolosos contra a vida, tal deve ser aplicado, uma vez que as normas do rito comum ordinário só têm lugar no procedimento especial quando nele houver omissões ou lacunas

(fls. 549/550).

Inexiste, portanto, a nulidade suscitada pela defesa, porquanto o entendimento firmado pela Corte *a quo* está respaldado pela jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça quanto ao tema. Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE DO PROCESSO EM FACE DA INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 397 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ADOÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL PREVISTO PARA A APURAÇÃO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA. MÁCULA INEXISTENTE. DESPROVIMENTO DO RECLAMO.

1. Os artigos 406 e seguintes do Código de Processo Penal regulamentam o procedimento a ser seguido nas ações penais deflagradas para a apuração de crimes dolosos contra a vida, assim, rito especial em relação ao comum ordinário, previsto nos artigos 394 a 405 do referido diploma legal.

2. Por conseguinte, e em estrita observância ao princípio da especialidade, existindo rito próprio para a apuração do delito atribuído ao recorrente, afastam-se as regras do procedimento comum ordinário previstas no Código de Processo Penal, cuja aplicação pressupõe, por certo, a ausência de regramento específico para a hipótese.

3. Se as normas que regulam o processo e o julgamento dos crimes dolosos contra a vida determinam que o exame da viabilidade de absolvição sumária do réu só deve ocorrer após o término da fase instrutória, não há dúvidas de que deve ser aplicado o regramento específico, pois, como visto, as regras do rito comum ordinário só têm lugar no procedimento especial quando nele houver omissões ou lacunas.

4. Recurso desprovido (RHC 52.086/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 03/02/2015).

Por tais razões, **acolho os embargos para sanar a omissão apontada, sem efeitos modificativos, razão pela qual mantenho a decisão terminativa proferida no habeas corpus.**

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator